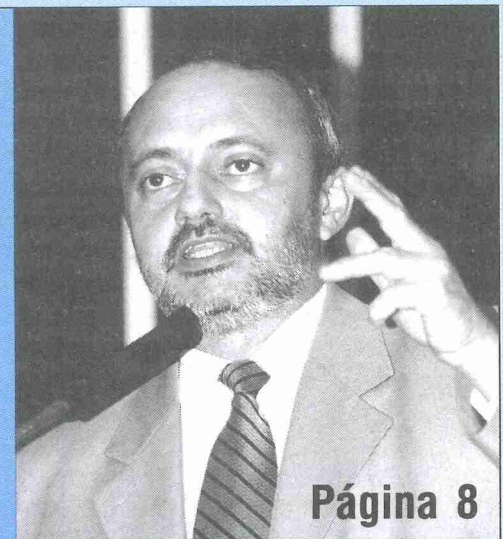


**Incansável defensor do
Saneamento público,
deputado Sergio
Novaes conclama
a população a
manter a mobilização**



Página 8

- ▶ **Sociedade rejeita na Câmara projeto de FHC para o Saneamento**
- ▶ **Deputados preferem não se arriscar e votação deve ficar para 2003**
- ▶ **Oposição defende um novo projeto com gestão pública e controle social**

Aguerra continua

PSDB paulista une forças ao restante do país para derrubar proposta de FHC

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Grupo
1004, Centro Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 263-6240
Telefax: 253-7482
Internet: aseac1@ism.com.br
Home Page: aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César Oliveira Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Flávio José Soares de Moura
Diretor Técnico
Claudino Victor R. E. Santo
Diretor Social
César Lima da Graça
Diretor Jurídico
Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto
Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
Luziete Francisca da Silva
Advogados
Sueli Kolling Turano
Aposentados
Maria Christina Piragibe
Maria Carmem M. Almeida
Nelson Martins Portugal
Armando Costa Vieira
Edison Bittencourt Rosa
Arquitetos
Marilusa de Andrade da Fonseca
Sócios Aspirantes
Wagner Gonçalves Mondego
Demais Categorias
Antonio Bastos de Oliveira
Economistas
Firmino Gustavo Gameleira
Engenheiros
Daisy Cristina de A. Menezes
Sidney do Valle Costa
Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
Bitencourt de Oliveira, Emy
Guimarães de Lemos, João Carlos
do Rego Pinto, Renato Lima do
Espírito Santo e Carlos Henrique
Soares de Menezes e Jaime Dutra
Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: César Eduardo Scherer,
Márcio de Melo Rocha, Paulo César
Quintanilha. **Suplentes:** Jorge
Rodrigues Leitão, Gérson Pereira
Nascimento, Cândido Francisco S.
Silva.

Jornalista Responsável

Anne Sampaio
MTB: 13.773 / RJ

Design Gráfico

J. Paulo Carneiro

Edição de Outubro de 2001

Tiragem: 2.000 exemplares

Os “Cavaleiros” Apocalípticos

Lei do Saneamento: “Farinha pouca, meu pirão primeiro...”

A Apreensivos, chegamos ao Plenário da Câmara dos Deputados em Brasília. Sabíamos que ainda não temos notoriedade nacional, mas que podíamos e tivemos uma atuação singular e eficaz junto às personalidades que lá estavam, também, para se posicionar diante da discussão que já se avizinhava para julgar o PL 4147/01 e seus substitutivos.

Não tínhamos vez para ir à Tribuna fazer exposição de nossa tese que recai na gestão compartilhada entre Estados e Municípios. É que a inscrição se dá 24 horas antes do evento. Não sabíamos e lá chegamos no dia da discussão.

O que fazer? Trabalhar, inclusive nos gabinetes dos Deputados, fazendo-se “Loby”. Melhor: distribuir no Plenário quatro edições selecionadas de nossos jornais, com argumentos que pudessem influir nos debates ou discursos. Foi muito positivo. Esgotou-se rapidamente. Havia uma avidez por matéria elucidativa. Até jornalistas presentes estenderam a mão para os nossos jornais.

A bancada de São Paulo, juntamente com a APU (ASEAC paulista), fizeram um autêntico “arrastão” no nosso material. Até o seu Secretário de Estado, presente à Audiência, expressou-nos a sua satisfação pelo que leu e parabenizou-nos pelo material que não havia melhor no Plenário.

No desfilar das oratórias, raríssimas deixaram de enfatizar a gestão compartilhada apregoada por nós do Rio, aqui se inclui os nossos Sindicatos presentes. Fez efeito!

Ao final da Audiência, fizemos uma vistoria no local e não encontramos, sequer, um jornal nosso largado sobre as mesas ou no chão. Houve 100% de interesse pelo seu conteúdo.

Na volta do almoço, estávamos aflitos, pois não tínhamos informações dos desdobramentos que pudessem ter havido após a Audiência, devido, principalmente, ao contundente “jogo pesado” da bancada paulista. Afinal, politicamente, aquele Estado desequilibra. Foi muito clara e reativa a posição do governo Alkimin, do PSDB – legenda do governo federal.

Nossa aflição aumentava. Qualquer informação teria que ser fidedigna. Fui buscá-la, então, junto ao Relator, Deputado Adolfo Marinho, para nos certificarmos se haveria ou não a votação em Plenário no dia seguinte, 24/10.

Anunciei-me e o Deputado veio buscar-me e levou-me para o interior de seu gabinete. Lá, já estavam reunidos com ele os representantes da Frente Nacional em Defesa do Saneamento Básico e da ASSEMAE. Já discutiam, extemporaneamente, o Substitutivo do Relator. Pasmado, assistia as contribuições que faziam para “melhorar” o PL 4147/01, num cenário privatizado que, até “ontem”, condenavam. É só fazer uma retrospectiva e lembraremos de discursos, de palestras e, até, de entrevistas no nosso jornal, onde repudiavam aquele Substitutivo que julgavam como pernicioso para a sociedade pois inclinava-se para a privatização do Saneamento.

Foi duro ter que ouvir rasgo de elogios ao trabalho do Parlamentar, afirmando que se tratava de um avanço no Congresso Nacional.

Senti-me decepcionado quando propuseram o fim do subsídio cruzado ao final de uma transição de 5 anos para a titularidade municipal, ampla e irrestrita, distorcendo preceitos constitucionais, inclusive que se abrisse a “caixa preta”, referindo-se às estatais, com a sua conseqüente extinção, ignorando o acervo de toda a experiência técnica acumulada, que forma um dos nossos maiores patrimônios. É a desmemoriação muito comum no Brasil.

Via o delírio da titularidade e poder concedente absoluto dos Municípios que a exemplo de Niterói e outros Municípios já privatizados, irá, certamente, tornar o Saneamento um Eldorado do capital especulativo, exatamente como quer o governo federal, diferindo-se pela forma pulverizada. Entretanto, só em Municípios rentáveis.

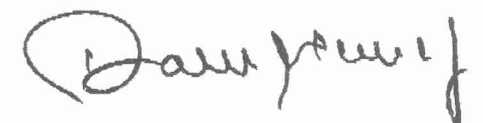
A ASSEMAE e a Frente mostraram uma face que eu não conhecia. Mostraram-se apocalípticos, isto é, sibilinos, obscuros e dissimulados. Como podem propor o fim do subsídio cruzado, que é Constitucional, porque atende o que preconiza o Art. 19 que não permite tratamento diferenciado entre brasileiros? Como ficam os cidadãos que residem em Municípios com poucas ou nenhuma atração para o capital privado? Jamais poderia sair da ASSEMAE tal proposta. Em princípio, deve defender os Municípios sem distinção. Mas, ao que parece, estão interessados só nos

Municípios rentáveis e não na qualidade de vida nos Municípios em geral. Na sua propositura não admite que saiam dos Municípios rentáveis recursos financeiros para serem aplicados em outros tantos deficitários – o residente, ali, que se lasque! É como se não houvesse uma relação compatriota entre nós. Como se cada Município fosse um ente independente sob todos os aspectos. Como será para a ASSEMAE a essencial universalização dos serviços de Saneamento Básico?

Respeito a opinião de cada um cidadão. Afinal, vivemos em democracia. Tentamos, sim, com argumentos exibir uma realidade não antevista. Agora, esconder a verdadeira opinião e, autocraticamente, levá-la para ajudar na construção de mais um cadafalso social, revelando-se, num cercado de gabinete, serem aliados dessa ação que tem sido repudiada por tantos seguimentos da sociedade, à revelia de um grande número de pessoas, incluídas as entidades sindicais que a tantos representantes, é muito ruim!

Fiz questão de discordar, numa escassa oportunidade que tive, apontando a posição do Rio de Janeiro e que, também, não era integrante daquela reunião e que, casualmente, ali estava em busca de informações. No dia seguinte, voltei ao Deputado para consolidar a nossa posição no Rio de Janeiro. Ele reafirmou o respeito às nossas argumentações e nos informou que a documentação com a proposta de melhoria para o seu Substitutivo, apresentada pela ASSEMAE e a Frente, já estava na sua Assessoria Jurídica para análise e inclusão. É lamentável!

Não houve a votação que “Eles” queriam! Mais uma vez o governo Fernando Henrique não consegue a aprovação do seu projeto polêmico que viabilizaria a privatização do Saneamento Básico nas Metrôpoles, através das estatais, tais como a Cedae. Entretanto não há que se relaxar. “Eles” são vorazes e não vão continuar entalados com esse “Sapo Cururu”.



Dario Mondego
Presidente

Vence o bom senso

Pressão social força o adiamento da votação do PL 4147/01 na Câmara

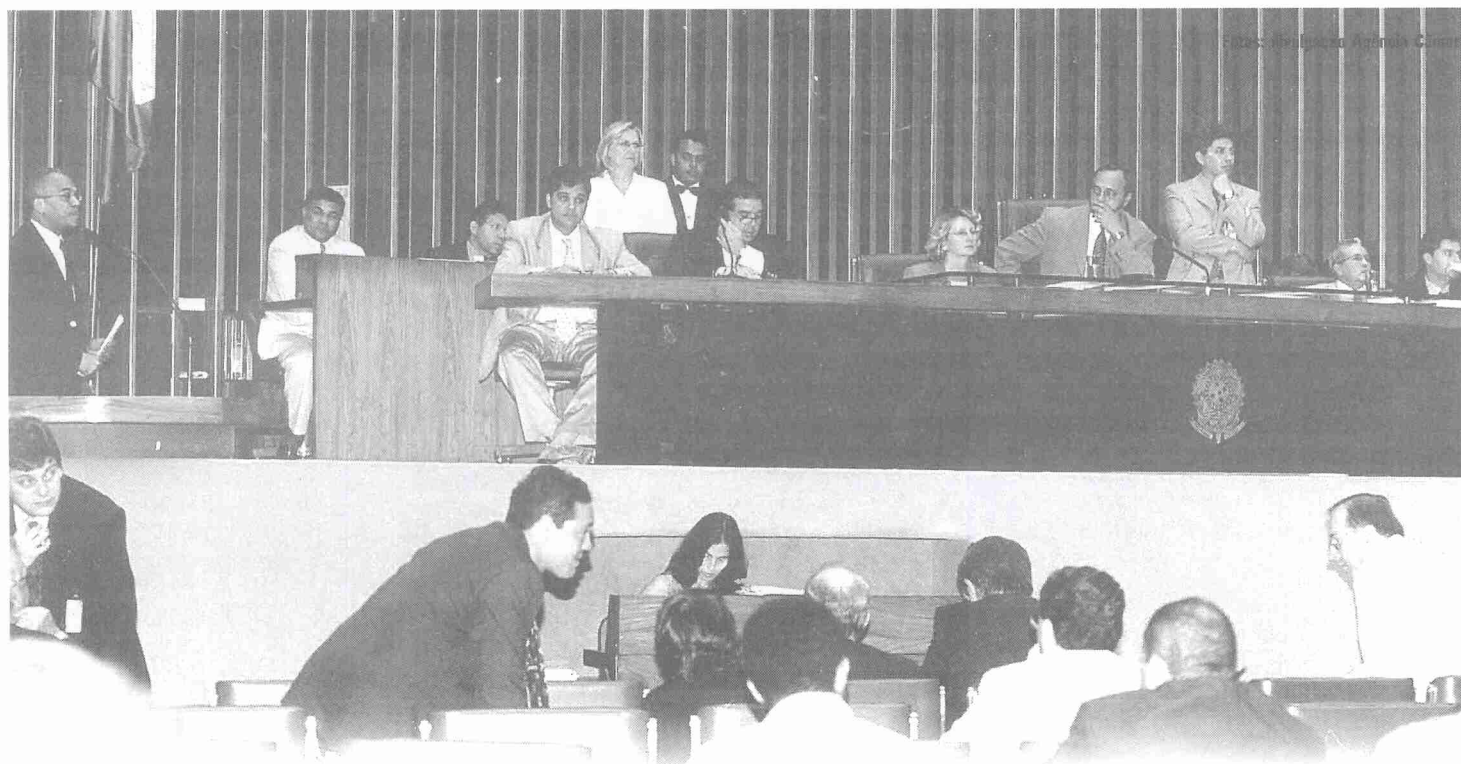
Depois de uma saraijada de críticas e protestos das mais distintas correntes e de uma forte pressão contrária dos estados, liderada pela Companhia de Saneamento Paulista – SABESP - foi adiada “sine die” a votação do substitutivo apresentado pelo deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE), relator do projeto de Lei do Executivo – PL 4147/01 – que abre caminho e cria regras para a privatização do Saneamento Básico no Brasil.

Esvaziada pelo bloco de sustentação política do governo e sob protesto da oposição e dos setores progressistas da sociedade, a matéria foi discutida durante a audiência pública, realizada no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, no último dia 23 de outubro, numa sessão preparatória para a votação da matéria pela Comissão Especial de Saneamento da casa legislativa, no dia seguinte, que acabou não acontecendo.

A ASEAC levou sua posição ao debate na Câmara, em defesa da gestão compartilhada e da reestruturação das companhias estaduais, de maneira autônoma e independente, a exemplo do modelo adotado pela Sabesp que, apesar de estar subordinada a um governo tucano, condena a trajetória privatista que está sendo delineada no Congresso Nacional. Na verdade, após as experiências catastróficas impostas pelas privatizações do setor elétrico e das telecomunicações, a sociedade brasileira teme que o governo FHC, “no apagar das luzes”, consiga transferir à iniciativa privada, as companhias estaduais de Saneamento Básico, que hoje movimentam cerca de R\$ 8 bilhões por ano e geram cerca de 100 mil empregos diretos. Além de inviabilizar qualquer política social no país, a aprovação da lei da maneira que o governo federal propõe representaria a internacionalização do setor, pois as empresas privadas nacionais não têm condições de disputar, em pé de igualdade, a concessão do setor com o capital estrangeiro.

Vitória preliminar

Embora considere que ainda é cedo para festejar uma vitória definitiva, a maioria dos representantes da sociedade, entidades de classe, sindicatos e partidos de oposição que lotaram o plenário da Câmara, no último dia 23, considerou o adiamento da votação do substitutivo uma vitória. Em primeiro lugar, porque renova o fôlego para que todo o país



O projeto do Executivo conseguiu desagradar a todos, por seus conflitos técnicos, jurídicos e políticos. A própria base parlamentar do governo está dividida.

se mobilize ainda mais e demonstre sua insatisfação com o projeto de privatização do governo, que só tem trazido prejuízos ao país e já demonstrou que é ineficaz para gerar recursos no sentido de resolver o déficit público e social do país.

Além disso, devido ao impasse existente entre os próprios parlamentares dos partidos de sustentação do governo, que temem perder apoio político em suas bases eleitorais, tendo em vista a reação dos prefeitos de vários pontos do país, dificilmente o substitutivo será votado este ano. E no próximo, por ser ano eleitoral, os próprios parlamentares acham muito difícil que o Executivo consiga viabilizar a votação, devido ao desgaste que certamente vai gerar junto ao eleitorado.

Diante disso, a estratégia montada pela oposição, deputados do governo e outros segmentos da sociedade, para criar um protesto gigante na Câmara dos Deputados e forçar o adiamento da votação do substitutivo, deu certo. Foi decisivo, para isso, também, o “racha” entre os parlamentares do bloco do governo, que esvaziaram a audiência, e a forte reação de prefeitos, sindicalistas, lideranças de classe e deputados

da oposição, entre todos os oradores, a única voz em defesa do projeto foi a do próprio deputado Adolfo Marinho – cearense, governista e autor do substitutivo - o último a ocupar a tribuna para se pronunciar em defesa de seu próprio projeto.

Na verdade, o projeto do governo conseguiu desagradar a todos, devido a seus conflitos técnicos, jurídicos e políticos. Os partidos do governo recusam o PL 4147/01 para evitar conflitos eleitorais. Já os prefeitos exigem que seja respeitada a Constituição e garantida a titularidade municipal do Saneamento Básico. Por sua vez, os técnicos das companhias estaduais, a exemplo da CEDAE, apoiada pela Associação de Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, defendem a gestão compartilhada, com a preservação do subsídio cruzado, único modelo que consideram eficaz para universalizar e democratizar os benefícios do Saneamento Básico, especialmente nos estados mais pobres.

Mas num ponto, todos são unânimes: o PL 4147/01 é uma ameaça à gestão pública do Saneamento e compromete a gestão integrada nas regiões metropolitanas,

a exemplo do Rio de Janeiro, que é obrigado a captar a água que abastece a capital a quilômetros de distância. Além disso, seus dois principais sistemas – Guandu e Imunana/Laranjar – atendem, ao mesmo tempo, a diversos municípios, que não dispõem de água bruta para tratamento e distribuição. Por isso, a maioria defende o aprofundamento da discussão, de maneira que a mudança ou a manutenção da titularidade não acabem se transformando num fator de impedimento à universalização dos serviços de Saneamento em todo o país, servindo apenas para facilitar a privatização e a entrega do setor às empresas multinacionais do setor.

Essa constatação, praticamente unânime durante a audiência pública, acabou desviando o polo da discussão sobre a questão da titularidade, que acabou se tornando secundária, tendo em vista a perspectiva de adiamento da votação. Segundo por exemplo o deputado Henrique Fontana (PT-RS), o projeto tende para a privatização e peca pelo fato de não defender a gestão pública do Saneamento, “único modelo que pode garantir a universalização dos serviços”.

PSDB derruba projeto

Sabesp se mobiliza para impedir aprovação da Lei que sinaliza para a privatização do setor

Depois de projetar e executar com sucesso um modelo de gestão pública de Saneamento no Estado de São Paulo, a Sabesp decidiu jogar pesado para impedir a aprovação do projeto de lei do Executivo - PL 4147/01 - da forma como está sendo apresentado, cujos dispositivos ignoram a experiência desenvolvida ao longo dos últimos anos pela companhia, acabando por viabilizar a privatização do setor de Saneamento no país.

Além do próprio Secretário de Recursos Hídricos do Estado, Mendes Tamer, e do presidente da Sabesp, Arivaldo Carmignani, o estado de São Paulo compareceu à Câmara dos Deputados representado por todas as entidades ligadas ao setor de Saneamento e à comunidade interna da Sabesp - a maior companhia de Saneamento do país e da América Latina - para levar seu repúdio ao projeto do governo federal, apesar de o governador Geraldo Alkimin fazer parte do partido de FHC - o PSDB.

Num documento distribuído no plenário da casa parlamentar, as entidades paulistas - ABES/SP, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema), Sindicato de Engenheiros no Estado (SEESP), Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp (APU), Associação dos Aposentados e Pensionistas (AAPS), Associação Sabesp e Associação dos Administradores de Empresa da Sa-

besp (ADM) - solicitaram a rejeição do substitutivo do deputado Adolfo Marinho e a construção de uma nova proposta que atenda de fato às necessidades de saneamento para o Brasil.

De acordo com as entidades, as privatizações de setores da infra-estrutura serviram apenas para desnacionalizar e aumentar os preços de serviços essenciais. E no caso da água, trata-se de um bem essencial à vida, "que deve ser tratada como uma riqueza de toda a nação". Alinhando uma série de pontos negativos do PL 4147/01, as lideranças paulistas alegaram que a proposta do governo federal apresenta riscos reais à gestão pública do Saneamento no país:

Não garante o acesso universal da população brasileira ao Saneamento Ambiental; fragmenta a integração dos sistemas de água e esgotos, segmentando-os e promovendo indevidamente a existência de diversos titulares e concessionários em um mesmo sistema, o que dificulta a fiscalização, o controle social e a qualidade dos serviços; induz à privatização selvagem fragmentada das partes lucrativas do setor, deixando ao poder público as mais onerosas, comprometendo a sobrevivência dos atuais prestadores públicos se serviço, mesmo os bem geridos; e determina o fim do subsídio cruzado, que propicia a sustentação financeira na busca da universalização dos serviços.



Modelo adotado pela Sabesp em São Paulo demonstrou que a gestão pública pode

Setor deve buscar modelo que contemple a univers

O substitutivo do deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE) não atende aos interesses do Setor de Saneamento. Esta opinião foi expressa por diversas correntes ideológicas e político-partidárias, representantes da sociedade organizada, dos municípios e dos estados presentes na Câmara dos Deputados, no último dia 23.

Para o presidente da Associação dos Profissionais Universitários da SABESP, Pedro Ibraim Hallack, é preciso rejeitar o substitutivo do relator e construir uma proposta nova para o Saneamento, que leve à universalização: "Vamos aproveitar as experiências positivas, que proliferaram neste ano de debates sobre o Saneamento, e propor um grande acordo nacional para acabar com o déficit do Setor".

O engenheiro da SABESP defende alguns pontos básicos para nortear este acordo nacional: manutenção pública do Saneamento; busca da universalização; respeito à autonomia municipal, à gestão compartilhada e ao subsídio cruzado, insubstituível como instrumento da universalização do acesso dos serviços.

Ao falar sobre a reestruturação da SABESP - que, em 1994, saiu de um prejuízo de R\$ 214 milhões, com dívidas vencidas orçadas em R\$ 643 milhões, para um faturamento no ano de 2.000 de R\$ 3,5 bilhões e um lucro de R\$ 521 milhões, Pedro Ibraim explicou que o modelo de gestão da Empresa foi desenvolvido pela própria APU, a partir de alguns critérios, tais como: "seriedade administrativa; respeito aos municí-

pios enquanto poder concedente; respeito à sociedade (abrir a Empresa à sociedade, via Conselho de Cidadãos); gestão participativa interna (ouvindo as entidades e o corpo interno); busca da eficiência, da eficácia e de indicadores para medir a qualidade do serviço prestado etc".

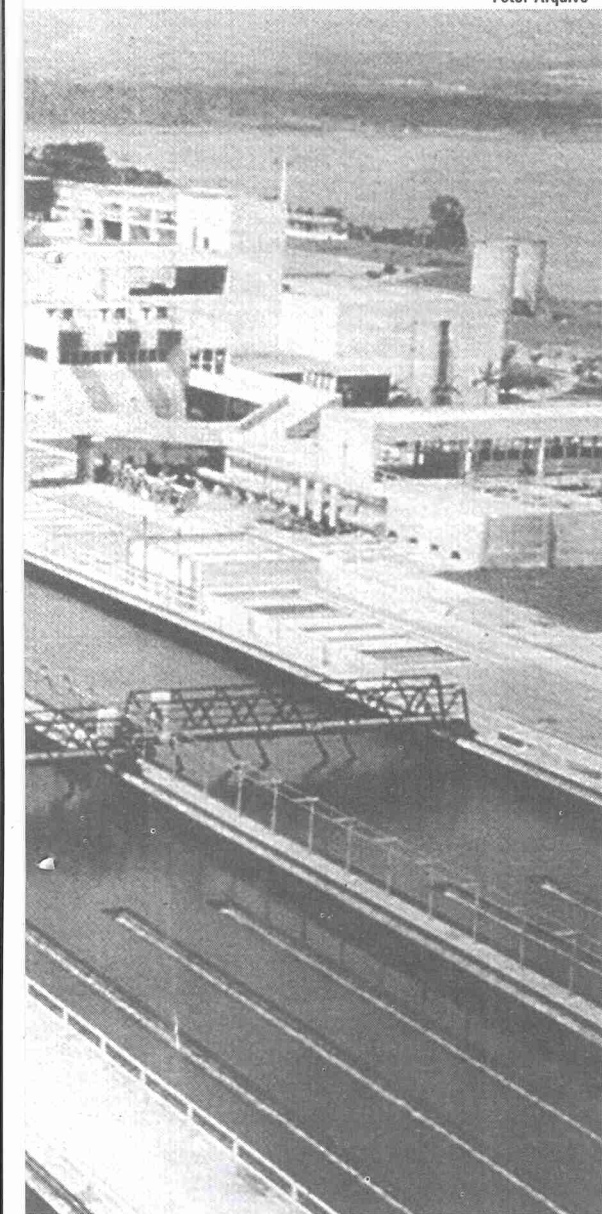
Pedro Ibraim foi claro quando considerou que é preciso abrir às empresas estaduais de Saneamento à sociedade: "Essas empresas precisam estar abertas aos clientes, à população, aos municípios e a todos poderes organizados. Para colocar esta abertura em prática, no interior de São Paulo, implantamos, através de assembleias dos municípios concedentes, comissões e gestões regionais eleitas paritariamente Sabesp/município. Na Região Metropolitana, come-

çari
gran
dos
feit
livr
lhor
S
a su
tant
imp
tão
mur
men
tal é
rá a

de FHC

Saneamento Básico no Brasil

Foto: Arquivo



ser eficiente para no atendimento à população

ersalização

a implantar um Conselho de Cidadãos, pro-
 s de participação comunitária, além de méto-
 ministrativos os mais modernos possíveis. Foi
 também um grande esforço, no sentido de nos
 nos do corporativismo e buscar o que era me-
 ara a população e para a empresa”.

re a titularidade, Pedro Ibraim considerou que
 definição é importante, mas não o mais impor-
 Por exemplo, nas Regiões Metropolitanas, mais
 ante do que a titularidade é construir uma ges-
 compartilhada, onde a sociedade, os estados e os
 ípios estabeleçam de forma conjunta e política-
 evoluída os papéis de cada um: “O fundamen-
 universalização do Saneamento, que só ocorre-
 vés de uma gestão pública e democrática”.



“Enxurrada” de críticas deixou o deputado Adolfo Marinho isolado na defesa de seu projeto substitutivo

Presidente da Sabesp defende modelo adotado em São Paulo

Fotos: divulgação Agência Câmara

O presidente da Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico (Aesbe), Ariovaldo Carmignani, que por coincidência vem a ser o presidente da Sabesp, afirmou, durante a audiência pública realizada na Câmara dos Deputados para debater PL 4147/01, que o substitutivo do deputado Adolfo Marinho “traz sérias dificuldades para a organização dos serviços prestados pelas companhias estaduais”.

Segundo o presidente da Aesbe, que congrega todas as empresas estaduais de Saneamento, cobrindo o atendimento à população de 3880 municípios em todo o país, a titularidade atribuída exclusivamente aos municípios “inviabilizará a participação dos estados na gestão integrada do Saneamento”. Na visão de Carmignani, a subdivisão do ciclo do Saneamento em múltiplas fases vai deixar nas mãos do estado os segmentos mais caros, que são a produção de água tratada e o tratamento de esgoto, “de baixa viabilidade econômica”.

O presidente da Sabesp entende que, dessa maneira, as companhias estaduais de Saneamento ficariam isoladas e com dificuldades de captação de recursos. Em razão disso, sugeriu a criação de um novo texto para a lei, em lugar do substitutivo do deputado Adolfo Marinho.



“A titularidade atribuída exclusivamente aos municípios inviabilizará a participação dos estados na gestão integrada do Saneamento”

Lei só deverá ser votada em 2003

Aprovar o projeto agora é sinônimo de perda votos nas próximas eleições

Difícilmente o polêmico projeto de lei 4147/01 vai ser votado este ano. E se não for, no ano que vem – ano eleitoral – vai ser praticamente impossível. A análise é do próprio presidente da Comissão Especial de Saneamento da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (PFL/RJ), que se mostrou visivelmente irritado com decisão da maioria de não votar o projeto do Executivo, após uma reunião realizada no final da tarde do dia 23.

Afinado com as idéias proposta pelo substitutivo do deputado Adolfo Marinho, o jovem deputado – filho do prefeito do Rio, César Maia – disse que preferia correr o risco de amargar a dissolução da Comissão (hipótese para o caso de não haver quórum para a votação) ou não aprovar o projeto, do que deixar de votar, “mas ninguém quis correr o risco”.

O deputado carioca é favorável que a votação ocorra ainda este ano, mas admitiu que não há consenso e os demais membros da Comissão não querem colocar em votação o projeto, o que ele considera ruim para o país. “O Saneamento vai ficar sem regulação, porque os deputados que apoiam o governo e são ligados às companhias estaduais não querem; assim como os da oposição, que não querem que haja regulação, porque não querem que haja investimentos”, disse Rodrigo Maia.

Na sua opinião, a questão é simples: “A Sabesp é contra, então fica difícil o apoio da base do governo”. Quanto à oposição, ele

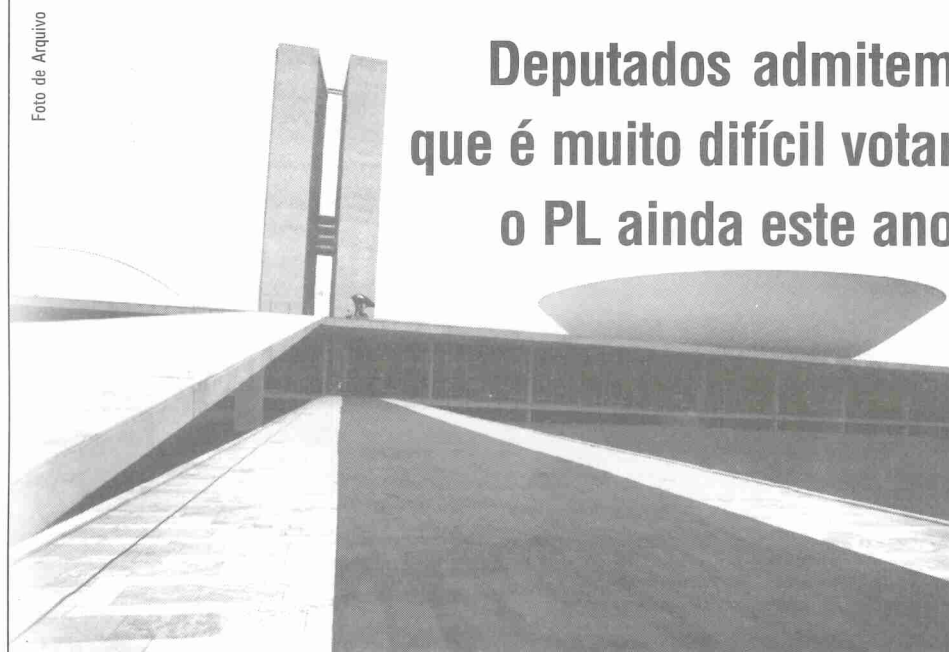


Foto de Arquivo

Deputados admitem que é muito difícil votar o PL ainda este ano

entende que existe um conflito de interesse, porque uma grande parte é municipalista, mas outra parte tem os votos majoritários das corporações, das companhias estaduais. “A oposição está rachada por isso. O prefeito Tarso Genro, por exemplo, é favorável, quer que vote como está, é favorável ao projeto, mas os deputados ligados às empresas estaduais não querem. São favoráveis às teses municipalistas, mas não querem esse projeto. E no governo, atingiu São Paulo, fica difícil”, desabafou.

O deputado pefelista, que defende o PL 4147/01, aposta na possibilidade do consenso para que haja votação do projeto, “pois a

universalização do saneamento é mais importante do que definir quem vai operar o sistema”. Acrescentou que cada um tem uma forma de operar e a melhor maneira para tomar esta decisão é através do voto. Para ele, se não for na linha do deputado Adolfo Marinho, é inconstitucional. Segundo o parlamentar, outra questão que está se discutindo na oposição é a privatização, “que hoje a Constituição permite”. Na sua opinião, independente da regulação do setor, a lei já permite a privatização.

O deputado Adolfo Marinho também está esperançoso que a matéria ainda entre na pauta de votação este ano. Segundo ele,

ainda há divergências, “mas política é a arte de buscar o consenso, mesmo quando há divergências. Assim, pode ser que ainda se vote o projeto”, disse. Enquanto aguarda o consenso para tentar marcar uma nova data, a Comissão vai continuar estudando a matéria, pois, de acordo com o relator, uma comissão não acaba, a não ser na legislatura seguinte. Enquanto isso, o deputado governista espera receber novas recomendações e emendas, a exemplo do que fez a Associação das Empresas Municipais de Água e Esgoto (Assemae), que já apresentou uma série de sugestões ao deputado Adolfo Marinho para aprimorar o projeto, condenado pelos demais segmentos.

Outro parlamentar que não acredita que possa haver votação este ano é o pedetista Vivaldo Barbosa (RJ). “Está ficando muito difícil votar este projeto, pois além de uma sequência de feriados até o final do ano legislativo, os deputados viajam para suas bases. Dessa forma, se não for votado em novembro, o que já é difícil, não será mais este ano, garante Vivaldo Barbosa. Para o parlamentar, é fundamental que todos os segmentos continuem mobilizados no mês de novembro para impedir a votação do PL 4147 nesses próximos 30 dias, até porque os próprios deputados do governo estão muito inseguros. “Os prefeitos estão pressionando muito e, com isso, muitos deputados da própria base de sustentação do governo estão recuando com relação à matéria”, confirmou o deputado fluminense.

Assemae propõe o fim do “subsídio cruzado”

Extinção do mecanismo seria a falência do Saneamento na maioria dos municípios brasileiros

A Associação das Empresas Municipais de Saneamento - ASSEMAE - resolveu defender pontos polêmicos do projeto do Executivo, entre os quais o que acaba com o subsídio cruzado – sistema utilizado pelas Companhias Estaduais de Saneamento para permitir que municípios pobres, que têm uma arrecadação pequena ou deficitária, possam ter acesso aos serviços de Saneamento, através da transferência de recursos dos municípios mais ricos.

O fim do subsídio cruzado em nada privilegia os cerca de 1200 municípios associados à ASSEMAE, que não recebem os seus benefícios. Por sua vez, no país todo existem cerca de 5600 municípios – a gran-

de maioria beneficiada por este instrumento de democratização dos serviços de Saneamento. Aliás, segundo informação do próprio presidente da ASSEMAE, Antônio Miranda, do total desses 5600 municípios apenas 40 estão com seus serviços privatizados e somente 500 estão brigando pela titularidade. Em outras palavras, isto significa dizer que o fim do subsídio cruzado trará a piora dos serviços de Saneamento da população de mais de 5 mil municípios, excetuando-se os que têm seus serviços administrada pela Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Para a ASEAC, se considerarmos que a situação sanitária desses municípios já é muito ruim, pois desde o início do primeiro

governo FHC, o setor de Saneamento está sem diretrizes políticas, a decisão de extinguir o subsídio cruzado poderá trazer consequências dramáticas ao já trágico quadro sanitário do país.

A defesa do fim do subsídio cruzado foi feita pessoalmente, no último dia 23, ao deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE), relator do projeto 4147/01, pelo presidente da ASSEMAE, Antônio Miranda; pelo Secretário de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários, Abelardo de Oliveira Filho; e pelo presidente do Departamento Municipal de Águas e Esgotos - DMAE - de Porto Alegre, Carlos Atílio Todeschini - todos integrantes da Frente Nacional em Defesa do Saneamento.

Outra contribuição da ASSEMAE ao projeto do Executivo diz respeito à titularidade do Saneamento nas Regiões Metropolitanas, segundo explica o engenheiro Carlos Atílio Todeschini: “Ao invés de definirmos a titularidade por 10 etapas, como propõe o deputado Adolfo Marinho, agregamos o conceito de Unidades Operacionais. Quer dizer, aquelas Unidades que atendem a um município ou que têm suas fases completas dentro deste município, são claramente de titularidade municipal. Por sua vez, aquelas unidades operacionais, que atendem a mais de um município são de interesse comum e, portanto, de titularidade estadual”, explicou o presidente do DMAE de Porto Alegre.

Corsan defende o controle social

Nova lei inviabiliza a perspectiva de universalização do Saneamento

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) está convocando todos os 324 municípios do Estado atendidos pela empresa estadual para assinarem um novo contrato de concessão, dentro de critérios que contemplem a gestão compartilhada e a adoção de mecanismos de controle social, dentro de um modelo público do Saneamento.

A informação foi dada ao Jornal da ASEAC pelo próprio diretor-presidente da CORSAN, Dieter Wartchow, que esteve pessoalmente no Congresso Nacional, no último dia 23 de outubro, para engrossar o coro de protestos contra o polêmico projeto de lei do Executivo (PL 4147/01), durante a Audiência Pública realizada na Câmara dos Deputados para discutir o substitutivo do deputado Adolfo Marinho.

Para Dieter Wartchow, que já foi presidente da Assemae, o projeto de lei não atende os interesses da sociedade, principalmente no que se refere à gestão do Saneamento, e precisa ser descartado. Além disso, na medida em que extingue o importante mecanismo do subsídio cruzado, inviabiliza a perspectiva de universalização dos serviços, pois acaba com a solidariedade entre os municípios que, para ele, é fundamental para se universalizar o Saneamento.

- Por isso, o mais importante é a gestão. Não temos que inventar a roda, nenhuma outra tecnologia, porque ela já está aí, basta que seja adaptada, ajustada - garantiu. No seu entender, o fundamental é que se viabilize, de forma transparente, mecanismos de controle social, com orçamentos abertos, de forma que se saiba de onde vem e para onde vão os recursos. Outra prioridade é a discussão ampla e aberta dos projetos, "para não se investir em projetos errados". E tudo deve ser feito através de uma gestão pública, com a participação dos municípios, para a definição clara de como, onde e de que forma se vai fazer Saneamento, advertiu.

O presidente da CORSAN foi categórico na defesa do subsídio cruzado como fator de distribuição de renda: "Se eu arrecado muito em um município, porque não transferir parte dessa renda para outro que precisa. Esta é uma forma de distribuir renda, pois para fazer Saneamento é preciso ser solidário e aceitar a distribuição de renda", afirmou. Dieter Wartchow explicou que o mecanismo do subsídio cruzado funciona como um grande condomínio. Na CORSAN, por exemplo, a empresa opera com um orçamento único para os 324 municípios conveniados, com um sistema contábil por município. A partir daí, a empresa faz diagnósticos situacionais, dos serviços e necessidades de cada um, de forma a viabilizar um projeto que contemple a todos.

Dieter Wartchow defende a gestão compartilhada dos serviços de Saneamento, com a participação dos municípios e orçamentos abertos. Outra prioridade é a discussão ampla e aberta dos projetos.



"A defesa que alguns segmentos têm feito do projeto do deputado Adolfo Marinho é uma reação típica dos desesperados. Quando a gente está se afogando faz o que? Agarra-se ao que pode."

"É preciso respeitar as diferenças locais e considerá-las dentro de um plano de investimentos, a longo prazo. Estamos construindo uma relação nova com os municípios no Rio Grande do Sul, à luz da legislação. Elaboramos uma minuta de contrato a várias mãos, com a participação das entidades e dos municípios, além do Tribunal de Contas, do Ministério Público e do judiciário, de forma a contemplar o código de defesa do consumidor. Agora, estamos preparando um novo modelo de contrato para assinar com os prefeitos. Nosso objetivo é assumir o Saneamento Municipal, não só a parte rentável das cidades, mas também área de esgotos, onde a demanda é muito maior e o custo é o dobro do que se gasta com a água e as tarifas não remuneram isso", adiantou.

De qualquer forma, para o presidente da CORSAN, o fundamental é preservar o subsídio cruzado, adotando um modelo integrado e combinado entre o município e o prestador de serviços estadual. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a CORSAN calculou a tarifa de cada um de seus municípios com base no sistema proposto pela nova lei do Saneamento para avaliar as consequências da nova lei para os municípios. "Chegamos à conclusão de que o fim do subsídio cruzado inviabilizaria o Saneamento nos municípios mais pobres. No Rio Grande do Sul, teríamos, por exemplo, alguns municípios de maior porte, como Eldorado do Sul, com o valor do metro cúbico a R\$ 1,25; para os menores, como Alecrim, a tarifa chegaria a R\$ 6,28/m³", afirmou. Como a tarifa social praticada hoje pela CORSAN é de R\$ 0,68/m³, isto significa que o aumento para os municípios maiores poderia chegar a 100% e, para os menores, o aumento chegaria a 823%.

Segundo Dieter, isso acontece porque os custos para cada município são diferentes: para alguns, é preciso bombear para pontos mais altos; outros para pontos mais longe, além da economia de escala ser menor, o que onera os custos. Daí a importância do subsídio cruzado de forma a preservar o princípio da solidariedade.

Quanto a defesa que alguns segmentos têm feito do projeto do deputado Adolfo Marinho, chegando a propor emendas para aperfeiçoar mecanismos que acabam eliminando o subsídio cruzado, o presidente da CORSAN foi taxativo "é uma reação típica dos desesperados. Quando a gente está se afogando faz o que? Agarra-se ao que pode. E esta não é a minha posição, pois tenho que manter meus princípios", ironizou. A questão é que o projeto é privatista e na hora em que forem passar os serviços de saneamento ao setor privado, certamente vão transferir só o que é bom, o que interessar a eles.

Sociedade deve ficar alerta

Reação ao projeto reflete insatisfação social contra as privatizações

Ao fazer uma análise sobre a unanimidade nacional contra o projeto do Executivo que privatiza o setor de Saneamento Básico, o deputado Sérgio Novais (PSB/CE) afirmou que a divisão da bancada governista é resultado da forte reação da sociedade brasileira, de setores organizados, entre os quais a igreja, que não aceitam transformar a água em uma mercadoria, depois do fiasco da privatização do setor elétrico:

“Água é vida. Sem água, o cidadão comum sabe que não há como viver, não há como alimentar e dar de beber à sua família, aos animais no campo, não há como irrigar a plantação para produzir os alimentos. Não há como fazer sua higiene pessoal. Se falta luz, há como se virar, acendendo-se uma vela; sem água, o cidadão comum sabe que não tem como viver”.

Sérgio Novais foi categórico ao afirmar que o projeto do governo fragiliza o setor, impedindo a introdução de mecanismos democráticos na aquisição de financiamentos e na utilização dos recursos hídricos:

“A centralização das decisões sobre os recursos hídricos, através dos Comitês de Bacias, significaria uma precariedade total para um grande número de brasileiros. Precisamos debater outros caminhos, outras alternativas do ponto de vista de investimentos para garantir às gerações futuras recursos hídricos, que podem se tornar escassos. Precisamos recuperar nossos rios e dotar o país de uma estrutura de Saneamento que leve em consideração o desenvolvimento urbano, a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população. E não utilize a água como mercadoria”.

Para o deputado, a reação contra a privatização do Saneamento precisa crescer ainda mais, de forma a se-

pultar a questão no Congresso Nacional: “Vamos brigar para que este projeto e seu substitutivo nem sejam votados. O Brasil precisa lutar para que o setor de Saneamento Básico não seja privatizado”.

Ainda sobre a questão e as manifestações ocorridas no dia 23, na Câmara Federal, Sérgio Novais fez um alerta: “Não podemos cochilar. Já assisti, aqui, a diversas manifestações da sociedade contra outras privatizações. E, lamentavelmente, na hora da votação, valeu muito mais a sensibilização pelo poder econômico. É claro, que a pressão da sociedade já influenciou em muita coisa, como, por exemplo, no ritmo de tramitação do projeto. Mas, de qualquer forma, não podemos cochilar, precisamos estar alertas, sob o risco do poder econômico agir rapidamente para garantir seus interesses”.

Segundo Sérgio Novais, a privatização do setor elétrico despertou o homem comum para o risco das privatizações: “Este cidadão comum começou a sentir na pele. Primeiro, foram os apagões e, agora, a falta de recursos para pagar o aumento da tarifa. Mas, ele se vira, deixa uma só lâmpada acesa, desliga seus equipamentos, acende uma vela... Mas, sem água, não há o que fazer. Água é vida. Se a água virar mercadoria, os que podem pagar vão continuar vivendo, os que não podem serão eliminados”.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, o deputado explicou que estes também são rentáveis: “O esgoto é vital, necessário e rentável. E o interessante é que as tubulações de esgotamento sanitário podem ser utilizadas paralelamente como uma grande rede de dutos de fibra ótica e/ou de outros tipos de equipamentos que serviriam a um processo de transporte de informação – área bastante disputada em todo o mundo” – finalizou.

Foto: divulgação Agência Câmara



Deputado quer a sociedade mobilizada contra a privatização do Saneamento

Jornal da **ASEAC**
ASEAC

**Associação dos Empregados de Nível
 Universitário da CEDAE.**

Rua Sacadura Cabral nº120, salas 601/ 602/ 607/ 902 - RJ. Tel: (021) 263 6240 - Telefax: 253 7482.
 Home Page: www.aseac.com.br / E-mail: aseac1@ism.com.br

IMPRESSO

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carteiro	

